9 — O presente despacho produz efeitos desde o dia 2 de setembro de 2013, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados no âmbito das matérias nele compreendidas.

30 de maio de 2014. — A Diretora-Geral, *Elsa Roncon Santos*,
207967991

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Aviso (extrato) n.º 8488/2014

1 — Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 3 da alínea *d*) do artigo 30.º e n.º 1 da alínea *d*) do artigo 31.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, notificam-se os candidatos propostos para exclusão do Procedimento Concursal para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de cinco (5) postos de trabalho para a carreira e categoria de Técnico Superior do mapa de pessoal do GPEARI, aberto pelo Aviso de Abertura n.º 7252/2014, de 19 de junho, publicado no *Diário da República* n.º 116, 2.ª série, para, querendo, se pronunciarem sobre a intenção de exclusão, em sede de audiência dos interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, no prazo de 10 dias úteis, a contar da data de receção do e-mail de notificação de proposta para exclusão, já remetido.

Para o efeito, deverá ser utilizado o formulário tipo, publicado pelo Despacho (extrato) n.º 11321/2009, DR n.º 89, 2.ª série, de 8 de maio de 2009 e disponibilizado no sítio da Direção -Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) em www.ina.pt/gpeari.

2 — Mais se notifica que a lista dos candidatos propostos para exclusão e respetivos fundamentos se encontra afixada para consulta, nas instalações do GPEARI, sita na Av. Infante D. Henrique, 1-C, 1.º, 1100 -278 Lisboa, encontrando-se igualmente disponível na página do INA em www.ina.pt/gpeari.

O processo está disponível para consulta dos interessados nas instalações do INA, sito na Rua Filipe Folque n.º 44, em Lisboa, das 14h00 às 16h30.

3 — Igualmente se informa que a lista dos candidatos a admitir se encontra afixada para consulta, nas instalações da sede do GPEARI, sita na Av. Infante D. Henrique, 1-C, 1.º, 1100 -278 Lisboa, encontrando-se igualmente disponível em www.ina.pt/gpeari.

4 — Em cumprimento do n.º 1 do artigo 32.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, ficam por este meio convocados os candidatos admitidos e aqueles que venham a sê-lo após audiência de interessados para a realização do método de seleção “Prova Escrita de Conhecimentos”, que terá lugar no dia 08 de agosto, nas instalações do INA em Algés, sito na Alameda Hermano Patrone, Edifício Catavento, 1495-064 Algés.

5 — Mais se informa que o horário das Provas Escritas de Conhecimento é o seguinte:

Ref. A: Início da prova às 11h00, devendo os candidatos apresentarem-se uma hora antes nas referidas instalações do INA. Serão excluídos os candidatos que chegarem com um atraso igual ou superior a 30 minutos, sendo impedidos de realizar a prova;

Ref. B: Início da prova às 14h30, devendo os candidatos apresentarem-se uma hora antes nas referidas instalações do INA. Serão excluídos os candidatos que chegarem com um atraso igual ou superior a 30 minutos, sendo impedidos de realizar a prova;

Ref. C: Início da prova às 16h30, devendo os candidatos apresentarem-se uma hora antes nas referidas instalações do INA. Serão excluídos os candidatos que chegarem com um atraso igual ou superior a 30 minutos, sendo impedidos de realizar a prova.

6 — De salientar que os candidatos só farão a Prova Escrita de Conhecimentos para a(s) referência(s) para as quais foram admitidos e que devem comparecer munidos de documento de identificação válido, com fotografia, e esferográfica de tinta preta. A Prova Escrita de Conhecimentos realiza-se sem a consulta de qualquer material ou equipamento, incluindo legislação.

15 de julho de 2014. — O Diretor-Geral, *Álvaro António Calado Afonso Matias*.

207971976

Declaração de retificação n.º 753/2014

Por ter sido publicado com inexatidão o aviso n.º 7252/2014, de 19 de junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 116, e nos termos do artigo 148.º do Código do Procedimento Administrativo, retifica-se que, no n.º 11.6.1.2, onde se lê:

«Referência B)

- i) Macroeconomia
- iii) Finanças e mercados

- iv) Regulação e supervisão financeira
- v) Estrutura e organização da União Europeia»

deve ler-se:

«Referência B)

- i) Macroeconomia;
- ii) Língua inglesa;
- iii) Finanças e mercados;
- iv) Regulação e supervisão financeira;
- v) Estrutura e organização da União Europeia.»

17 de julho de 2014. — O Diretor-Geral, *Álvaro António Calado Afonso Matias*.

207974713

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Gabinetes do Ministro da Educação e Ciência e do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento

Portaria n.º 605/2014

Considerando que a Parque Escolar, E.P.E. tem necessidade de contratar a prestação de serviços de gestão e fiscalização da empreitada da Escola Básica e Secundária de Vale de Cambra e de coordenação de segurança;

Considerando que a Parque Escolar, E.P.E. foi integrada no setor público administrativo, equiparada a serviço e fundo autónomo e assumiu a natureza de Entidade Pública Reclássificada, nos termos do n.º 5 do artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, na sua redação atual, passando a estar listada no Anexo I da Circular, série A, n.º 1367, de 1 de agosto de 2011, da Direção-Geral do Orçamento;

Considerando que o contrato relativo à prestação de serviços de gestão e fiscalização da empreitada da Escola Básica e Secundária de Vale de Cambra e de coordenação de segurança, dará lugar a encargo orçamental em ano económico futuro, dependendo a assunção da respetiva despesa de autorização prévia conjunta dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e da tutela, nos termos conjugados do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e n.ºs 1 e 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, concedida mediante portaria de extensão de encargos;

Considerando que o procedimento tem o preço base de 143.759,00 EUR, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor;

Considerando que o contrato terá a duração de 11 meses e o prazo de execução abrange os anos de 2014 e 2015;

Nestes termos, e em conformidade com o disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, manda o Governo, pelo Ministro da Educação e Ciência e pelo Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto

Fica a Parque Escolar, E.P.E. autorizada a assumir os encargos relativos ao contrato de prestação de serviços de gestão e fiscalização da empreitada da Escola Básica e Secundária de Vale de Cambra e de coordenação de segurança, até ao montante global de 143.759,00 EUR, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Artigo 2.º

Repartição e cobertura dos encargos orçamentais

Os encargos financeiros decorrentes do contrato referido no artigo anterior terão lugar no ano económico de 2015 e serão satisfeitos por verbas adequadas do orçamento da Parque Escolar, E.P.E.

Artigo 3.º

Produção de efeitos

A presente portaria produz efeitos a 23 de junho de 2014.

16 de julho de 2014. — O Ministro da Educação e Ciência, *Nuno Paulo de Sousa Arrobas Crato*. — O Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, no uso de competência delegada, *Hélder Manuel Gomes dos Reis*.
207970177